

VIOLAÇÕES SISTÊMICAS DE DIREITOS HUMANOS CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ EM RONDÔNIA

Amanda Pereira Serafim¹, Breno Veisack Lara²

1 Mestranda, Universidade Federal de Rondônia,

amandapserafim@gmail.com

2 Mestrando, Universidade Federal de Rondônia,

breveisacklara@gmail.com

INTRODUÇÃO: Embora o Brasil tenha avançado em termos de reconhecimento dos direitos da população LGBTQIAPN+ na última década, os dados e os fatos demonstram que, na prática, esses direitos não se concretizam de maneira uniforme em todo o território nacional. Em Rondônia, observa-se um cenário alarmante de omissão institucional e de violações reiteradas. O estado é considerado como um dos que menos estrutura e implementa políticas públicas de proteção às pessoas LGBTQIAPN+ (Atena, 2022), apresentando altos índices de violências e crimes contra esse recorte da população na região Norte (FBSP, 2025). Somado a isso, observa-se a existência de uma invisibilidade institucional e legislativa, com o crescimento de discursos ultraconservadores impulsionados pela extrema direita, especialmente a partir das eleições de 2018 (Viana; Carlomagno, 2025). **OBJETIVO:** Assim, a pesquisa teve como objetivo investigar em que medida a ausência de políticas públicas específicas e a atuação seletiva ou omissa das autoridades estaduais em Rondônia podem configurar uma violação sistêmica de direitos humanos da população LGBTQIAPN+. **MATERIAL E METODOLOGIA:** Foi adotada a abordagem qualitativa, tendo como base as diretrizes do Manual Prático para Atuação em Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, 2016). Foram utilizados como fontes: tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil; proposições legislativas da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia entre 2019 e 2024; dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); notas técnicas de organizações da sociedade civil; relatórios de entidades, como o Instituto Atena e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O critério para caracterização de violação sistêmica seguiu os seguintes

parâmetros: a) ocorrência de múltiplas violações de direitos; b) padrão de discriminação ou exclusão direcionada a um grupo específico; c) falha reiterada na implementação de medidas de proteção. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As violações de direitos humanos podem ser compreendidas como atos de agressão a direitos previstos em sistemas de proteção internacional ou regionais dos quais um país é membro. Elas se manifestam quando o ente estatal ou os seus agentes fracassam em termos de proteção ou, ainda, quando eliminam ou diminuem proteções já conquistadas, seja por meio ativo ou omissivo (Jacarandá, 2019). Os resultados apontam para um padrão de invisibilidade institucionalizada, com Rondônia não apenas negligenciando políticas afirmativas voltadas à população LGBTQIAPN+, como também aprovando legislações de cunho excludente e moralizante. A análise identificou a rejeição de propostas relacionadas a campanhas educativas e a formação de conselhos representativos, ao passo que projetos com teor regressivo foram aprovados, como a proibição da linguagem neutra e restrições para participação de crianças e adolescentes em eventos envolvendo a sexualidade. Além disso, os dados de violência letal contra essa população indicam que, na ausência de políticas públicas, a impunidade prevalece, de modo que os mecanismos de denúncias são precários. Desse modo, a ausência de protocolos específicos nas áreas de saúde, segurança e educação confirmam que a omissão não é pontual, mas sim, parte de uma lógica estrutural. Referido cenário preenche os requisitos de violação sistêmica de direitos humanos, conforme previsto nos marcos normativos internacionais e nas diretrizes da OAB. **CONCLUSÃO:** A partir dos dados e documentos analisados, conclui-se que a situação da população LGBTQIAPN+ em Rondônia ultrapassa a noção de desatenção estatal e caracteriza uma violação sistemática de direitos humanos. A omissão, combinada a ações legislativas discriminatórias, produz um ambiente institucional hostil, onde a negação de direitos se torna política pública por inação ou omissão. O estudo recomenda a criação de um Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTQIAPN+fobia, que contemple medidas específicas nas áreas de saúde, educação, segurança e trabalho, além da instalação de um Conselho Estadual de Políticas Públicas para Pessoas LGBTQIAPN+, com ampla participação social. O apoio às iniciativas populares, organizações da sociedade civil e coletivos são fundamentais para o fomento da discussão voltada para o respeito e a não discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero. Ao reconhecer que a omissão também pode ser uma forma de violência, este trabalho contribui para o debate sobre o papel do Estado na garantia (ou negação) de direitos fundamentais em contextos marcados por desigualdades históricas e exclusões políticas.

Palavras-chave: Direitos Humanos. LGBTQIAPN+. Políticas Públicas. Violência Institucional. Rondônia.